

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia**  
Itabuna/BA

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia  
CNPJ/MF nº 97.489.280/0001-85

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>80.611</b>	<b>95.913</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>36.063</b>	<b>24.316</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	745	490	DEPÓSITOS (NOTA 11)	27.783	18.337
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.087	-	Depósitos à Vista	22.548	17.024
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.087	-	Depósitos a Prazo	5.235	1.313
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	42.659	67.634	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	406	-
Centralização Financeira - Cooperativas	42.659	67.634	Repasses Interfinanceiros	406	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	28.896	22.804	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	31	13
Operações de Crédito	30.040	23.657	Recursos em Trânsito de Terceiros	31	13
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.144)	(853)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.843	5.966
OUTROS CRÉDITOS	6.219	4.981	Cobrança e Arrecadação de Tributos	25	19
Rendas a Receber	302	324	Sociais e Estatutárias	315	377
Diversos (NOTA 07)	5.970	4.682	Fiscais e Previdenciárias	485	455
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(53)	(25)	Diversas (NOTA 13)	7.018	5.115
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5	4			
Outros Valores e Bens	3	3			
Despesas Antecipadas	2	1			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>62.802</b>	<b>27.333</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>67.950</b>	<b>61.218</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	62.802	18.604	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	67.950	61.218
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	15.982	202	DEPÓSITOS (NOTA 11)	65.600	61.218
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.982	202	Depósitos a Prazo	65.600	61.218
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	32.682	18.401	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	2.350	-
Operações de Crédito	33.692	19.064	Repasses Interfinanceiros	2.350	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.010)	(663)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	-	1			
Diversos	-	1			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3	-			
Despesas Antecipadas	3	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	5.263	4.844	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>39.400</b>	<b>37.712</b>
Outros Investimentos	5.263	4.844	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	35.007	33.667
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	8.872	3.882	De Domiciliados no País	45.400	42.342
Imóveis de Uso	3.084	4.375	(Capital a Realizar)	(10.393)	(8.675)
Outras Imobilizações de Uso	7.547	1.066	RESERVAS DE SOBRAS	3.601	3.081
(Depreciação acumulada)	(1.759)	(1.559)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	-	3	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	792	964
Outros Ativos Intangíveis	45	45			
(Amortização acumulada)	(45)	(42)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>143.413</b>	<b>123.246</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>143.413</b>	<b>123.246</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia  
CNPJ/MF nº 97.489.280/0001-85

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.160</b>	-	<b>6.160</b>	<b>11.451</b>	-	<b>11.451</b>	<b>9.361</b>	<b>8</b>	<b>9.369</b>
Operações de Crédito	5.653	-	5.653	10.770	-	10.770	9.359	8	9.367
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	507	-	507	681	-	681	2	-	2
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(2.146)</b>	<b>(2)</b>	<b>(2.148)</b>	<b>(4.358)</b>	<b>(3)</b>	<b>(4.361)</b>	<b>(3.360)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3.362)</b>
Operações de Captação no Mercado	(1.643)	(2)	(1.645)	(3.446)	(3)	(3.449)	(2.846)	(2)	(2.848)
Operações de Empréstimos e Repasses	(58)	-	(58)	(57)	-	(57)	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(445)	-	(445)	(855)	-	(855)	(514)	-	(514)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.014</b>	<b>(2)</b>	<b>4.012</b>	<b>7.093</b>	<b>(3)</b>	<b>7.090</b>	<b>6.001</b>	<b>6</b>	<b>6.007</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.428)</b>	<b>(45)</b>	<b>(2.473)</b>	<b>(4.245)</b>	<b>1</b>	<b>(4.244)</b>	<b>(2.729)</b>	<b>1</b>	<b>(2.728)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	184	206	390	329	385	714	167	298	465
Rendas de Tarifas Bancárias	329	-	329	633	-	633	535	-	535
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(2.481)	(75)	(2.556)	(4.930)	(133)	(5.063)	(4.278)	(92)	(4.370)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(1.279)	(185)	(1.464)	(2.441)	(242)	(2.683)	(2.448)	(110)	(2.558)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(11)	(14)	(7)	(20)	(27)	(7)	(15)	(22)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	1.469	41	1.510	3.678	50	3.728	4.520	55	4.575
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(647)	(21)	(668)	(1.507)	(39)	(1.546)	(1.218)	(137)	(1.355)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.586</b>	<b>(47)</b>	<b>1.539</b>	<b>2.848</b>	<b>(2)</b>	<b>2.846</b>	<b>3.272</b>	<b>7</b>	<b>3.279</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>87</b>	<b>35</b>	<b>122</b>	<b>34</b>	<b>-</b>	<b>34</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.587</b>	<b>(12)</b>	<b>1.575</b>	<b>2.935</b>	<b>33</b>	<b>2.968</b>	<b>3.306</b>	<b>7</b>	<b>3.313</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24)</b>	<b>(24)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	5	5	-	-	-	-	(11)	(11)
Provisão para Contribuição Social	-	5	5	-	-	-	-	(13)	(13)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(60)</b>	<b>-</b>	<b>(60)</b>	<b>(60)</b>	<b>-</b>	<b>(60)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>1.527</b>	<b>(2)</b>	<b>1.525</b>	<b>2.875</b>	<b>33</b>	<b>2.908</b>	<b>3.306</b>	<b>(17)</b>	<b>3.290</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(17)</b>	<b>17</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>1.527</b>	<b>(2)</b>	<b>1.525</b>	<b>2.908</b>	<b>-</b>	<b>2.908</b>	<b>3.289</b>	<b>-</b>	<b>3.289</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.116)</b>	<b>-</b>	<b>(2.116)</b>	<b>(2.325)</b>	<b>-</b>	<b>(2.325)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.777)	-	(1.777)	(1.912)	-	(1.912)
Fates - Estatutário	-	-	-	(56)	-	(56)	(69)	-	(69)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(283)	-	(283)	(344)	-	(344)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.525</b>	<b>-</b>	<b>792</b>	<b>964</b>	<b>-</b>	<b>964</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia

CNPJ/MF nº 97.489.280/0001-85

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>33.498</b>	<b>249</b>	<b>2.250</b>	<b>213</b>	<b>-</b>	<b>1.145</b>	<b>37.355</b>
Destinação resultado exercício anterior							
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(990)	(990)
Destinações para reservas	-	(249)	-	-	274	(155)	(130)
Capital de associados							
Aumento de capital	1.447	-	-	-	-	-	1.447
Baixas de capital	(2.115)	-	-	-	-	-	(2.115)
Resultado do período	-	-	-	-	-	3.289	3.289
Destinações							
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(69)	(69)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	344	-	-	(344)	-
Juros sobre o Capital Próprio	837	-	-	-	-	(1.912)	(1.075)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>33.667</b>	<b>-</b>	<b>2.594</b>	<b>213</b>	<b>274</b>	<b>964</b>	<b>37.712</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>169</b>	<b>(249)</b>	<b>344</b>	<b>-</b>	<b>274</b>	<b>(181)</b>	<b>357</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>33.667</b>	<b>-</b>	<b>2.594</b>	<b>213</b>	<b>274</b>	<b>964</b>	<b>37.712</b>
Destinação resultado exercício anterior							
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(1.232)	(1.232)
Outras destinações	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Reversões de reservas	-	-	-	-	(274)	274	-
Capital de associados							
Aumento de capital	1.330	-	-	-	-	-	1.330
Baixas de capital	(1.455)	-	-	-	-	-	(1.455)
Destinações para reservas	-	-	511	-	-	-	511
Resultado do período	-	-	-	-	-	2.908	2.908
Destinações							
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(56)	(56)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	283	-	-	(283)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.465	-	-	-	-	(1.777)	(312)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>35.007</b>	<b>-</b>	<b>3.388</b>	<b>213</b>	<b>-</b>	<b>792</b>	<b>39.400</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.340</b>	<b>-</b>	<b>794</b>	<b>-</b>	<b>(274)</b>	<b>(172)</b>	<b>1.688</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)</b>	<b>33.311</b>	<b>-</b>	<b>2.595</b>	<b>213</b>	<b>-</b>	<b>1.383</b>	<b>37.502</b>
Destinações para reservas	-	-	511	-	-	-	511
Capital de associados							
Aumento de capital	644	-	-	-	-	-	644
Baixas de capital	(414)	-	-	-	-	-	(414)
Resultado do período	-	-	-	-	-	1.525	1.525
Destinações							
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(56)	(56)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	283	-	-	(283)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.465	-	-	-	-	(1.777)	(312)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>35.006</b>	<b>-</b>	<b>3.389</b>	<b>213</b>	<b>-</b>	<b>792</b>	<b>39.400</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.695</b>	<b>-</b>	<b>794</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(591)</b>	<b>1.898</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia  
CNPJ/MF nº 97.489.280/0001-85

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>1.893</b>	<b>4.157</b>	<b>4.135</b>
Resultado do semestre/exercício	1.525	2.908	3.289
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>368</b>	<b>1.249</b>	<b>846</b>
Provisão para operações de crédito	300	638	290
Provisão para desvalorização de outros créditos	26	28	6
Depreciação do imobilizado de uso	105	206	200
Amortização do intangível	-	3	7
Baixas do ativo permanente	1	1	(5)
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(5)	426	419
Destinações ao FATES	(56)	(56)	(69)
Dividendos SicrediPar	(3)	3	(2)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(205)</b>	<b>(22.097)</b>	<b>14.934</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.693)	(17.867)	(202)
Redução em relações interfinanceiras ativas	199	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(16.685)	(21.011)	(5.779)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	2.074	2.756	-
(Aumento) em outros créditos	(886)	(1.268)	(530)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	63	(4)	(4)
Aumento em depósitos	18.642	13.828	21.487
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	17	18	(68)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(41)	(62)	(147)
Aumento em outras obrigações	2.105	1.513	177
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>1.688</b>	<b>(17.940)</b>	<b>19.069</b>
Aquisição de Investimentos	4	(419)	(522)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.417)	(5.197)	(154)
Aplicações no Intangível	10	-	-
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.403)</b>	<b>(5.616)</b>	<b>(676)</b>
Integralização de capital	644	1.330	1.447
Baixa de capital	(414)	(1.455)	(2.115)
Juros ao capital próprio	(312)	(312)	(1.075)
Distribuição de Sobras	-	(1.238)	(1.120)
Outras destinações	511	511	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>429</b>	<b>(1.164)</b>	<b>(2.863)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(1.286)</b>	<b>(24.720)</b>	<b>15.530</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	44.690	68.124	52.594
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	43.404	43.404	68.124

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito Sicredi Região Sul da Bahia - Sicredi Região Sul da Bahia ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 18/02/1994 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	745	490
Caixa	730	478
Depósitos bancários	15	12
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	42.659	67.634
<b>Total</b>	<b>43.404</b>	<b>68.124</b>

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.087	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	2.087	-
<b>Total circulante</b>	<b>2.087</b>	<b>-</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.982	202
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	15.582	-
DI entre Banco e Cooperativas	400	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	202
<b>Total não circulante</b>	<b>15.982</b>	<b>202</b>

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	27.910	29.060	56.970	39.558
Financiamentos	1.724	2.282	4.006	3.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	406	2.350	2.756	-
<b>Carteira total</b>	<b>30.040</b>	<b>33.692</b>	<b>63.732</b>	<b>42.721</b>

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.359	-	2.359	1.605
<b>Total</b>	<b>2.359</b>	<b>-</b>	<b>2.359</b>	<b>1.605</b>

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	28.605	18.859	143	94
Nível B	1,00	21.676	13.094	216	131
Nível C	3,00	9.661	9.202	290	276
Nível D	10,00	4.370	1.740	437	174
Nível E	30,00	413	464	124	139
Nível F	50,00	569	365	285	183
Nível G	70,00	283	194	198	136
Nível H	100,00	514	408	514	408
Total		66.091	44.326	2.207	1.541

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	159	6.194	8.139	17.423	31.915	19.966
Rural	-	-	406	2.350	2.756	-
Industrial	6	15	38	151	210	5
Comércio	10	1.263	1.154	2.019	4.446	1.424
Outros Serviços	201	5.103	9.711	11.748	26.763	22.931
Total	376	12.575	19.448	33.691	66.090	44.326

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	18.274	27,65	16.002	36,10
50 devedores seguintes	14.420	21,82	8.962	20,22
100 devedores seguintes	10.948	16,57	7.855	17,72
Demais	22.449	33,97	11.507	25,96
Total	66.091	100	44.326	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	1.541	1.245
Constituição de provisão	855	514
Movimentação de baixados para prejuízo	(189)	(218)
Saldo final	2.207	1.541

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 90 (2018 - R\$ 167 ), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.217 (2018 - R\$ 695 ).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	16	23
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	164	9
Devedores por depósitos em garantia	3.355	2.877
Impostos e contribuições a compensar	27	7
Títulos e créditos a receber (ii)	2.359	1.604
Operações com cartões	25	50
Pendências a regularizar	5	43
Outros	19	69
Total Circulante	5.970	4.682
Títulos e créditos a receber (ii)	-	1
Total não circulante	-	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Material em estoque	3	3
Despesas antecipadas	2	1
Total Circulante	5	4
Despesas antecipadas	3	-
Total não circulante	3	-

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	4.732	4.452
Sicredi Participações S.A.	529	390
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	1
Outros Investimentos	1	-
Total	5.263	4.844

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	161.834 ON	125.255 ON	1	1	4.732.296	4.451.945
	366.806 PN	264.733 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,05%	0,04%	0,62%	0,62%	2,93%	3,02%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	529	390	1	1	4.732	4.452

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.631	(1.759)	8.872	3.882
Imobilizações em curso	-	4.700	-	4.700	-
Terrenos	-	1.814	-	1.814	1.814
Edificações	4%	1.270	(652)	618	1.679
Instalações	10%	74	(15)	59	24
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.183	(718)	1.465	161
Sistema de comunicação	10%	12	(10)	2	3
Sistema de processamento de dados	20%	501	(336)	165	154
Sistema de segurança	10%	77	(28)	49	47
Intangível (i)		45	(45)	-	3
Outros ativos intangíveis		45	(45)	-	3
<b>Total</b>		<b>10.676</b>	<b>(1.804)</b>	<b>8.872</b>	<b>3.885</b>

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	22.548	-	-	22.548
Depósitos a prazo	2.537	2.698	65.600	70.835
<b>Total</b>	<b>25.085</b>	<b>2.698</b>	<b>65.600</b>	<b>93.383</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	406	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	406	-
<b>Total circulante</b>	<b>406</b>	<b>-</b>
Recursos do Crédito Rural	2.350	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.350	-
<b>Total não circulante</b>	<b>2.350</b>	<b>-</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/10/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	327	220
Provisão para pagamentos a efetuar	335	335
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	3.220	2.794
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	8	-
Pendências a regularizar	600	13
Operações com cartões	2.265	1.626
Demais fornecedores	100	12
Credores diversos	163	115
<b>Total circulante</b>	<b>7.018</b>	<b>5.115</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	6	-	(6)	-
Tributária	2.788	432	-	3.220
<b>Total</b>	<b>2.794</b>	<b>432</b>	<b>(6)</b>	<b>3.220</b>

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	-	6
Tributária	Provável	3.220	2.788
<b>Total</b>		<b>3.220</b>	<b>2.794</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$3.220 (2018 - R\$ 2.789, R\$ 6 -Cível).

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	35.007	33.667
<b>Total de associados</b>	<b>3.483</b>	<b>3.029</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.340 (2018 – R\$ 169), sendo R\$ 1.465 (2018 – R\$ 837) via integralização de resultados e R\$ 1.330 (2018 – R\$ 1.447), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.455 (2018 – R\$ 2.115).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,32% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.777, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 25% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.908	3.313
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(872)	(1.060)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	5	-
Brindes e Doações	(1)	-
Receita com atos cooperativos	850	-
Juros sobre capital próprio	532	612
Lucros e dividendos	3	-
Outros	(517)	424
Subtotal	872	1.036
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(24)

**NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	18.069	202
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	42.659	67.634
Outros Créditos - Rendas a receber	14	11
Investimentos (Nota 09)	5.262	4.843
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	2.756	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	2.259	1.580
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	681	2
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	39	36
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	2.974	3.950
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	57	-
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	52	30
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	927	668

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	245	1,09%	227
Depósitos a prazo	4.076	5,75%	5.235
Operações de crédito	1.242	1,95%	755

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.852	1.547

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	125	88
Despesa de aluguéis	39	4
Despesa de comunicação	152	167
Despesa de manutenção e conservação	106	149
Despesa de material	66	73
Despesa processamento dados	116	107
Despesa de promoções e relações públicas	204	142
Despesa de propaganda e publicidade	54	16
Despesa de seguro	14	6
Despesa de serviços do sistema financeiro	329	133
Despesa de serviços de terceiros	108	53
Despesa de serviços de vigilância e segurança	285	251
Despesa de serviços de técnicos especializados	218	290
Despesa de serviços de transportes	127	120
Despesa de viagem	121	154
Despesa de depreciação e amortização	209	204
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	41	106
Outras despesas administrativas	369	495
Total	2.683	2.558

**NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	89	34
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	2.964	3.944
Reversão de provisões operacionais	278	68
Outras rendas operacionais	397	529
Total	3.728	4.575

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	16	20
Contribuições Cooperativistas	64	62
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	42	24
Contribuição Confederação Sicredi	409	5
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	396	625
Encargos da administração financeira	16	2
Repasse administradora de Cartões	25	-
Outras despesas de Cartões	72	54
Despesas liquidação antecipada	237	367
Outras provisões operacionais	133	72
Outras despesas operacionais	136	124
Total	1.546	1.355

**NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	80	-
Total	80	-

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

**II - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

**III - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>38.872</b>	37.319
<b>Nível I (NI)</b>	<b>38.872</b>	37.319
<b>Capital principal - CP</b>	<b>38.872</b>	37.319
Capital social	35.007	33.667
Reservas de capital	3.602	3.081
Lucros acumulados	792	964
Ajustes Prudenciais	(529)	(393)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>91.319</b>	68.539
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>27.752</b>	29.095
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>42,57%</b>	54,45%
Situação de Imobilização (Imob)	8.872	3.883
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>22,82%</b>	10,40%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ricardo Amaral Vilas Boas  
Diretor Executivo  
CPF: 163.885.345-20

Eric Ettinger de Menezes  
Diretor Administrativo  
084.573.015-00

Jose Antero de Araujo Almeida  
Diretor Financeiro  
114.240.605-91

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20